

Universidades não recompõem verbas para obras

Apesar de ampliação desde o ano passado, valor de R\$ 799 milhões em investimentos para o ensino superior federal em 2024, destinado a restaurações, campus ou equipamentos, está entre os menores das gestões petistas, mesmo com PAC

BRUNO ALFARO E JULIANA NOVA
brun@globo.com.br

A queda de um muro da UFRJ, a maior universidade do Brasil, acendeu na semana passada mais um sinal amarelo para a conservação da rede federal de educação superior. Após seis anos de apertos no orçamento para investimentos — destinado a novos campus, compras de equipamentos e grandes restaurações — o Ministério da Educação, em 2023, voltou a ampliar esses recursos às instituições. Mas o valor ainda está longe dos patamares de outras gestões petistas. Para 2024, está previsto o segundo pior valor destinado a esses gastos na comparação com os governos Lula e Dilma desde 2005.

Neste ano, há disponíveis R\$ 799 milhões para investimentos nas instituições de ensino superior — incluindo R\$ 495 milhões em recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ainda sem destinação divulgada. O valor é o segundo menor desde 2005, quando somente o MEC indicou R\$ 704 milhões. Desde então, só ficou acima de 2023, quando — ainda que sem contar com verbas do PAC — teve R\$ 568 milhões disponíveis.

Em nota, o MEC afirmou que as universidades federais têm várias demandas relacionadas a investimentos após um longo período sem a devida manutenção. A pasta ainda diz que há obras paradas por "motivos técnicos e/ou administrativos nas instituições", sem relação com orçamento, e que o PAC será aplicado "diretamente nas necessidades de infraestrutura indicadas pelas instituições".

O recorde de orçamento para investimento nas universidades se deu em 2012, no governo Dilma, com R\$ 8,1 bilhões, em valores corrigidos pela inflação. Naquele ano, foram utilizados R\$ 4,4 bilhões desse total. Em 2019, durante a gestão Bolsonaro, houve o menor orçamento autorizado dos últimos 20 anos, de R\$ 459 milhões.

Nesse período, porém, a quantidade de alunos passou de 527 mil para 1,1 milhão, e o número de instituições foi de 44 para 69, segundo o Censo da Educação Superior.



As pedras. Muro da Escola de Educação Física da UFRJ que desabou na semana passada. A falta de estrutura na maior universidade federal se repete em outras instituições, inclusive as mais recentes

RECURSOS PARA UNIVERSIDADES FEDERAIS



*Valores corrigidos pela inflação
**Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para este ano, de R\$ 495 milhões.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.

ELABORAÇÃO DA G1

Assim, o cenário de lenta recuperação orçamentária, iniciado em 2023, ainda não deu conta de resolver todos os problemas. As universidades vivem hoje um cenário de muitos investimentos por fazer, prédios com demandas urgentes de manutenção e, neste momento, professores e técnicos administrativos em greve por reajustes salariais após acú-

mulo de perdas no poder de compra durante a gestão passada, quando não houve correção. Só entre docentes, há 41 instituições que aderiram à paralisação.

Na UFRJ, a queda do muro do ginásio da Escola de Educação Física só não deixou feridos por ter ocorrido no feriado de 1º de maio. Há três semanas, um ventilador de teto caiu sobre um

aluno na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e, também por sorte, não houve vítimas.

Em outubro de 2023, Roberto Machado, diretor do Escritório Técnico da Universidade, afirmou aos estudantes que o prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Centro do Rio, é uma prioridade da reitoria porque corre risco de incêndio. No edifício, de 1812, há sobrecarga de instalações elétricas já obsoletas, mas a universidade tem apenas R\$ 333 mil previstos no orçamento deste ano para reestruturações.

— Esse problema também gera dificuldade para usar outras ferramentas didáticas. Não lembro de nenhuma sala que tenha data show permanente funcionando. Cada professor precisa levar o seu. Uma colega levou um choque forte ao tentar ligar um ventilador. A maior parte das salas não tem ar condicionado em funcionamento. Muitos alunos já passaram mal du-

Manutenção.
MEC de Camilo admite problema



CRISTIANO LANGE/G1

rante as aulas, em especial com essas ondas de calor — afirmou Paulo Pachá, professor do Instituto de História, situado no IFCS.

DESPESAS COM EXPANSÃO
E não é apenas a UFRJ que precisa desse orçamento que está apertado. Desde 2016, último ano do governo Dilma, os recursos para reestruturação e expansão de estruturas caíram de R\$ 1,9 bilhão para pouco mais de R\$ 100 milhões.

Esse é o principal uso dentro do orçamento para investimentos na infraestrutura das universidades. A verba se destina a atividades como ampliação de campus e grandes reformas, como a do IFCS, e também a ela a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por exemplo. Lá, o Centro de Ciências Físicas e Matemáticas está fechado para

demolição, mas a obra do novo prédio está parada.

Para piorar o quadro, a pequena retomada de investimentos nas universidades não deve ganhar tração, na avaliação do especialista em contas públicas Murilo Viana. Com a expansão de unidades e alunos, houve aumento de despesas discricionárias tidas como fixas, como as contas de água e luz e a contratação de limpeza e segurança.

Diante desse volume, ele afirma que já não há recursos suficientes para atender às atuais demandas por reparos, e que o quadro deve piorar muito nos próximos anos, em função da nova regra fiscal aprovada pelo governo ano passado.

— O cenário não é otimista por causa do limite de despesas (previsto no arcabouço fiscal). As despesas discricionárias serão esmagadas até 2032 — afirma Viana. — Somado a isso, tem a perda da gestão do orçamento pelo governo federal, com o aumento do controle pelos parlamentares via emendas, e reformar instituições de ensino não costuma estar entre as prioridades.

ANTÔNIO GOIS



antonio.gois@globo.com.br



Escalada de tensões em universidades

Há dois domingos, uma rara organização que reúne palestinos e judeus dispostos ao diálogo promoveu uma singela manifestação no campus da Universidade da Califórnia, onde, trocando insultos, de um lado estavam acampados manifestantes pró-palestina e, de outro, militantes pró-Israel. O pequeno grupo marchou no meio gritando "em Gaza e Tel Aviv, todas as crianças me-

recem viver", e foram acompanhados por integrantes de ambos os lados. Esse singelo relato foi feito pela Sharon Broun, em entrevista na semana passada à CNN dos Estados Unidos. Ele é inspirador de caminhos possíveis para a resolução pacífica de conflitos, mas, sejam realistas, os ventos — lá, aqui e ao redor do mundo — sopram em direção oposta.

Um sintoma dessa doença global é justamente a escalada de tensões nas manifestações pró-Palestina em universidades americanas. A mobilização de estudantes em defesa de seus direitos ou em apoio a causas mais amplas é um sinal de vitalidade democrática. Mas, com frequência, há situações — como a atual — em que os limites são testados. Há casos nítidos de abuso da liberdade de expressão quando, por exemplo, protestos são direcionados a um grupo populacional e pregam violência contra indivíduos. Mas há sempre zonas cinzentas. Uma reportagem do New York Times da semana passada tratava justamente da dificuldade das universidades americanas em estabelecer até que ponto legiti-

mos atos contra as ações de Israel na guerra descaibavam em discurso antissemita.

O Brasil pode não ter chegado — ainda — exatamente a esse nível de tensão em torno da guerra em ambientes acadêmicos, mas já tivemos também relatos de intolerância nesse tema, como na ocasião em que o professor Michel Cherman teve que abandonar um debate na PUC-Rio após ser hostilizado por alunos que discordavam dele. E, infelizmente, não nos faltam exemplos de intolerância em outros assuntos.

No início do ano passado, por exemplo, um grupo de estudantes achou razoável exigir que a ex-deputada Jaine Paes fosse impedida de reassumir suas funções de professora na Faculdade de Direito da USP.

Conforme argumentam Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em "Como salvar a democracia", um teste infalível para distinguir se esta-

mos mesmo prontos para defender valores democráticos está na resposta a comportamentos intolerantes ou violentos em seu próprio campo. "É fácil ser contra os autoritários de outro lado do espectro político. (...) Mas o que dizer dos elementos antidemocráticos que surgem dentro de nosso próprio partido?".

O pior que pode acontecer num ambiente escolar e acadêmico é o conflito entre visões de mundo resultar em violência. A segunda pior consequência seria professores evitarem o debate sobre temas críticos com receio — por vezes bem fundamentado — de que alunos ou colegas não estejam preparados para divergir de forma civilizada.

A diversidade — de ideias e de grupos — nos torna mais inteligentes, tolerantes e criativos. Mas o que está em jogo não é apenas a excelência acadêmica. A democracia depende de nossa capacidade de resolver disputas de forma pacífica. Conflitos fazem parte da natureza humana, e escolas e universidades são os melhores ambientes para aprendermos a lidar com eles de forma construtiva ou, ao menos, de maneira não destrutiva.